

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : Yari Collor
387

DATA : 15 11 90

PG. : 10

Garimpeiros presos por invadir Venezuela pedem ajuda a Collor

BRASÍLIA — “Pelo amor de Deus, tira a gente daqui”. O apelo, rabiscado num pedaço de papel, foi endereçado ao presidente Fernando Collor no dia 8 deste mês por dez garimpeiros brasileiros presos na Venezuela desde o dia 23 de setembro, quando o Exército daquele país metralhou e incendiou uma pista de pouso na fronteira com o Brasil. O pedido de ajuda foi publicado no jornal venezuelano *El Nacional* e transmitido ao Itamarati através da Embaixada brasileira em Caracas. Diplomatas brasileiros e líderes dos garimpeiros concordam em pelo menos um ponto: as negociações para libertação dos presos esbarram em um personagem — o destinatário do bilhete.

“Ao fazer repetidas declarações contra o garimpo, inclusive em Caracas, tendo ao lado o presidente Carlos Andrés Perez, o presidente Collor praticamente obrigou as autoridades venezuelanas a

desrespeitar os garimpeiros brasileiros”, reclama o presidente do Conselho da União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), José Altino Machado. “É claro que isso dificulta”, reconhece um diplomata brasileiro envolvido nas negociações. “O governo venezuelano acaba acreditando que tem o respaldo do Brasil e que os garimpeiros não prestam mesmo”.

No dia 8 deste mês, os garimpeiros, presos há quase dois meses em Puerto Ayacucho, no Território Federal de Amazonas, foram interrogados durante três horas por membros da Comissão de Energia e Minas da Câmara dos Deputados da Venezuela. De acordo com descrição da imprensa venezuelana, eles estão amontoados à temperatura de 30 graus centígrados em uma cela de três por dois metros, de onde “exala um vapor nauseabundo”, e reclamam da falta

de comida. “Nós também somos brasileiros e estamos passando muita fome”, diz o bilhete, assinado pelo garimpeiro Eraldo Fonseca.

O Itamarati tenta apressar o julgamento dos garimpeiros, para que eles sejam deportados para o Brasil. Advogados venezuelanos afirmam, entretanto, que os brasileiros utilizavam mercúrio e com isso violaram os artigos 129 e 365 do Código Penal de seu país, que pune com pena de até 18 meses de prisão o crime de contaminação de rios. Eles seriam acusados também do crime de violação do território venezuelano, punido com prisão de 20 a 26 anos. Há outra dificuldade: a imprensa e entidades defensoras do meio ambiente associam a atividade de garimpo na região fronteira ao Projeto Calha Norte, que é visto na Venezuela como manifestação de um presumível imperialismo brasileiro.